

LENINE  
2017

Slavoj Žižek

Uma obra irreverente  
e oportuna sobre  
a importância de Lenine  
nos dias de hoje.

ELSINORE

# ÍNDICE

## **11**

Introdução:

*Recordar, Repetir e Elaborar*

por Slavoj Žižek

—

## **115**

Acerca dos textos

—

## **119**

Para M. F. Sokolov

—

## **123**

Para G. Myasnikov

—

## **133**

Os Novos Tempos e os Velhos Erros com Nova Cara

—

## **153**

Notas de um Publicista

Escalar uma Montanha Alta; O Perigo da Desilusão;

A Utilidade da Troca; Atitude em Relação aos

Mencheviques, etc.

—

**167**

XI Congresso do PCR(b)

–

**265**

Memorando contra o Chauvinismo  
Nacional Dominante

–

**267**

Testamento: Cartas ao Congresso

–

**277**

Sobre a Educação (Páginas de um Diário)

–

**285**

Acerca da Cooperação  
(A Propósito dos Apontamentos de N. Sukhanov)

–

**297**

A Nossa Revolução

–

**303**

Como Devemos Reorganizar a Recomendação  
da Inspeção dos Trabalhadores e Camponeses  
ao XII Congresso do Partido

–

**311**

É Melhor Menos, Mas Melhor

–

**335**

Ao Camarada Estaline

–

**337**

A P. G. Mdivani, F. Y. Makharadze e Outros

—

**339**

Posfácio:

*Lenine a Navegar por Territórios Desconhecidos*

por Slavoj Žižek

—

**357**

Fontes

—

# INTRODUÇÃO

## RECORDAR, REPETIR E ELABORAR

POR SLAVOJ ŽIŽEK

### **Recordar e Repetir**

O título do breve texto de Freud de 1914, *Recordar, Repetir e Elaborar*, apresenta a melhor solução da questão de como nos devemos relacionar — hoje, passados 100 anos — com o acontecimento a que chamamos a Revolução de Outubro. Os três conceitos referidos por Freud formam uma tríade dialética: designam as três fases do processo psicanalítico, e é na passagem de cada fase para a seguinte que a resistência se faz sentir. O primeiro passo consiste em recordar os acontecimentos traumáticos do passado, em trazê-los à luz, o que também pode ser feito através da hipnose. Esta fase encontra imediatamente um impasse: ao conteúdo revelado falta o seu contexto simbólico, o que a faz perder o efeito; é incapaz de transformar o sujeito e a resistência mantém-se ativa, limitando a quantidade de conteúdo revelada. O problema desta abordagem é que se concentra no passado e ignora a constelação presente do sujeito, que é aquilo que mantém o passado vivo

e ativo simbolicamente. A resistência exprime-se sob a forma de transferência: aquilo que o sujeito não consegue recordar claramente é aquilo que ele repete, transferindo a constelação passada para uma presente (por exemplo, trata o psicanalista como se este fosse o seu pai). Aquilo que o sujeito não consegue recordar claramente é por ele dramatizado, reproduzido — e, quando o psicanalista lhe chama a atenção para isso, responde a tal intervenção com resistência. Elaborar consiste em trabalhar a resistência, transformando-a de obstáculo em ferramenta do próprio processo psicanalítico, e esta transformação é autorreflexiva, num sentido hegeliano estrito: a resistência é uma ligação entre objeto e sujeito, entre passado e presente, prova de que estamos não só fixados no passado, como também de que essa fixação é um efeito do impasse presente na economia libidinal do sujeito.

Em relação a 1917, também começaremos por recordar, por lembrar, a verdadeira história da Revolução de Outubro e, claro, da sua regressão para o estalinismo. O principal problema ético-político dos regimes comunistas é captado de forma bem clara com a expressão «pais fundadores, crimes fundadores». Poderá um regime comunista sobreviver ao ato de confrontar abertamente o seu passado violento, no qual milhões de pessoas foram presas e assassinadas? Se o conseguir, de que forma e até que ponto o consegue? O primeiro caso paradigmático de uma tal confrontação foi, é claro, o relatório «secreto» de Nikita Krushchev sobre os crimes de Estaline

apresentado no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956. A primeira coisa que se destaca neste relatório é o foco na personalidade de Estaline como fator-chave destes crimes e a correspondente falta de qualquer análise sistemática daquilo que os tornou possíveis. A segunda é o esforço tremendo que é feito para manter intocadas as Origens: não só é a condenação de Estaline limitada à prisão e ao assassinato de altos quadros do Partido e de oficiais militares na década de 1930 (sendo os casos de reabilitação muito seletivos: Bukharine, Zinoviev, etc., continuaram a ser não-pessoas, para não falar de Trotsky), ignorando a grande fome do final da década de 1920; também o relatório é apresentado como um anúncio do regresso do Partido às suas «raízes leninistas», de modo que Lenine surge como uma Origem pura, estragada ou traída por Estaline. Na sua análise, tardia, mas perspicaz, do relatório, escrita em 1970, Sartre faz notar que

era *verdade* que Estaline tinha ordenado massacres e transformado a terra da revolução num Estado policial; ele estava *realmente* convencido de que a URSS não atingiria o comunismo sem passar pelo socialismo dos campos de concentração. Mas, como sublinha uma das testemunhas, e muito corretamente, quando as autoridades decidem dizer a verdade, é só porque não encontraram uma mentira melhor. Saída de bocas oficiais, esta verdade transforma-se imediatamente

numa mentira corroborada pelos factos. Estaline era um homem maldoso? Muito bem. Mas como pudera a sociedade soviética sentá-lo num trono e mantê-lo lá durante um quarto de século?<sup>1</sup>

Na verdade, não comprovará o destino reservado a Krushchev (foi deposto em 1964) a graça de Oscar Wilde, segundo o qual quem diz a verdade, acaba, mais cedo ou mais tarde, por ser apanhado? Mas a análise de Sartre deixa passar uma questão crucial: mesmo que Krushchev estivesse «a falar em nome do sistema» («a máquina era sã, o responsável por a operar é que não; este sabotador livrou o mundo da sua presença e tudo voltaria a correr bem»<sup>2</sup>), o relatório teve realmente um impacto traumático e a sua intervenção deu origem a um processo que, em última análise, derrubou o próprio sistema — uma lição que vale a pena recordar, hoje em dia. Neste sentido muito preciso, o discurso de Krushchev de 1956 a denunciar os crimes de Estaline foi um ato político autêntico, na sequência do qual, como disse William Taubman, «o regime soviético nunca recuperou, e ele também não»<sup>3</sup>. Embora seja evidente o oportunismo deste ato ousado, é também claro que não se tratou de mero calculismo, que envolveu uma espécie de imoderação temerária que não pode ser justificada apenas pelo raciocínio estratégico. Depois do discurso, nada voltou a ser igual, o dogma fundamental da liderança infalível tinha sido fatalmente abalado; não admira, portanto, que, em reação ao discurso,



toda a *nomenklatura*<sup>4</sup> se tenha afundado numa paralisia temporária. Durante o discurso em si, cerca de doze delegados sofreram colapsos nervosos e tiveram de ser levados em braços para receber cuidados médicos; uns dias mais tarde, Boleslaw Bierut, o secretário-geral da linha dura do Partido Comunista Polaco, morreu de um ataque cardíaco, e o escritor-modelo do estalinismo, Alexander Fadeyev, matou-se com um tiro. O que isto demonstra não é que fossem «comunistas honestos» — a maior parte era composta por manipuladores brutais desprovidos de qualquer ilusão subjetiva sobre a natureza do regime soviético. O que se desfez foi a sua ilusão «objetiva»: a figura do «Grande Outro» que tinha servido de pano de fundo à sua implacável ambição pelo poder. O Outro, para o qual tinham transposto a sua crença, que, por assim dizer, acreditava por eles, o seu sujeito-que-devia-criar, desintegrou-se.

A aposta de Krushchev era de que esta confissão (limitada) fortalecesse o movimento comunista — e, a curto prazo, funcionou. Devemos sempre ter em conta que a era de Krushchev foi o derradeiro período de entusiasmo comunista autêntico, de fé no projeto comunista. Quando, na sua visita de 1959 aos Estados Unidos, Krushchev fez a sua famosa declaração provocante ao público norte-americano — «os vossos netos serão comunistas» —, estava na verdade a enunciar aquilo que, para toda a *nomenklatura* soviética, era uma certeza. Depois da sua queda, em 1964, reinou um cinismo resignado, que durou

até à tentativa de Gorbachev de confrontar o passado de forma mais radical (as reabilitações de então incluíram Bukharine, mas, pelo menos para Gorbachev, Lenine continuava a ser um ponto de referência intocável e Trotsky continuava a ser uma não-pessoa).

Com as «reformas» de Deng Xiaoping, os Chineses seguiram por uma via radicalmente diferente, quase oposta. Embora, do ponto de vista económico (e, até certo ponto, cultural), aquilo que se entendia por «comunismo» tenha sido abandonado e se tenham aberto as portas a uma «liberalização» ao estilo ocidental (propriedade privada, lucro, individualismo hedonista, etc.), o Partido manteve a sua hegemonia ideológico-política — não no sentido da ortodoxia doutrinária (no registo oficial, a referência confuciana a uma «sociedade harmoniosa» substituiu qualquer referência ao comunismo), mas no sentido de manter a hegemonia política incondicional do Partido Comunista como única garantia da estabilidade e da prosperidade do país. Isso implicou um escrutínio e uma regulamentação cuidadosos do discurso ideológico acerca da história da China, especialmente da história dos últimos dois séculos: o relato consistentemente veiculado pelos *media* do Estado e nos manuais escolares é o da humilhação da China a partir das Guerras do Ópio, que só terminou com a vitória comunista de 1949, levando à conclusão de que ser patriota significa apoiar o governo do Partido. Quando é dado à História um papel legitimador desta dimensão, é claro que ela se torna incapaz de

suportar qualquer autocrítica substancial. Os Chineses tinham aprendido a lição do fracasso de Gorbachev: o pleno reconhecimento dos «crimes fundadores» só pode resultar na derrocada do sistema na sua totalidade. Assim sendo, os crimes não podem ser reconhecidos: é verdade que alguns «excessos» e «erros» maoistas foram denunciados (o Grande Salto em Frente e a fome devastadora que dele resultou; a Revolução Cultural) e a avaliação de Deng do papel de Mao (70% positivo e 30% negativo) está consagrada como fórmula oficial. Mas esta avaliação funciona como uma conclusão formal que torna redundante qualquer elaboração posterior: mesmo que Mao tenha sido 30% mau, o impacto simbólico pleno desta admissão é neutralizado, pelo que ele continua a ser celebrado como pai fundador da nação, com o corpo num mausoléu e a imagem em todas as notas. Estamos perante um caso nítido de rejeição fetichista: embora saibamos perfeitamente que Mao cometeu erros e causou um sofrimento tremendo, a sua figura permanece, magicamente, impoluta. Desta forma, os comunistas chineses podem ter o melhor de dois mundos: as mudanças radicais resultantes da «liberalização» económica aliam-se à continuidade do governo do Partido.

A investigação imensa e meticulosamente documentada de Yang Jisheng, *Tombstone: The Untold Story of Mao's Great Famine*<sup>5</sup>, apresenta um caso exemplar do exercício de recordar: fruto de quase duas décadas de pesquisa, estabelece que o número de «mortos prematuros» entre

1958 e 1961 seja de 36 milhões. (A posição oficial é de que o desastre se deveu 30% a causas naturais e 70% a má gestão — uma inversão exata do juízo de Deng sobre Mao.)<sup>6</sup> Com os privilégios de um jornalista sénior da Xinhua, agência noticiosa da China, Yang teve acesso aos arquivos estaduais de todo o país e conseguiu formar a imagem mais completa da grande fome que qualquer investigador, chinês ou estrangeiro, alguma vez conseguiu. Teve a ajuda de diversos colaboradores dentro do sistema — demógrafos que durante anos trabalharam arduamente e em silêncio a compilar números exatos de mortes; funcionários municipais que mantiveram macabros registos de acontecimentos nas suas localidades; responsáveis de arquivos de província que abriam alegremente as portas, com um aceno de cabeça e um piscar de olho, ao camarada de confiança que fingia estar a investigar a história da produção nacional de cereais. Qual foi a reação? Em Wuhan, uma das principais cidades do centro da China, a Comissão Central de Gestão da Segurança Pública incluiu o livro numa lista de «livros infantis obscenos, pornográficos, violentos e doentios», devendo ser confiscado qualquer exemplar que se encontrasse. Noutras partes, o Partido matou o livro através do silêncio, banindo qualquer menção nos *media*, mas abstendo-se de atacar diretamente o livro em si, o que só faria com que recebesse mais atenção. Mas Yang ainda vive na China; está reformado, não é incomodado e publica ocasionalmente textos em publicações científicas.

Entre outras descobertas importantes, Yang demonstra como uma das causas da fome foi o recurso a teorias científicas errôneas: o governo central decretou várias alterações em tecnologias agrícolas com base nas ideias de Trofim Lysenko, um pseudocientista ucraniano. Uma dessas ideias era o cultivo de proximidade, que começa por triplicar e depois redobrar a densidade de rebentos. Transpondo a solidariedade de classes para a natureza, a teoria subjacente era esta: as plantas da mesma espécie não competem entre si, ajudam-se umas às outras – na realidade, é claro que competiram, o que lhes limitou o crescimento e resultou em colheitas mais fracas.<sup>7</sup>

É assim que opera a combinação de recordação e repetição falsas no caso do passado comunista, mas essa falsidade não se limita, de forma alguma, aos comunistas que se recusam a acertar contas com o passado e, portanto, se condenam a repeti-lo. A demonização costumeira da Revolução de Outubro, seja da parte de liberais ou de conservadores, também perde de vista o potencial emancipatório que é claramente discernível nela, reduzindo-a a uma brutal tomada de poder. A tensão entre estas duas dimensões da Revolução não significa que a viragem estalinista tenha sido um desvio secundário, visto que é perfeitamente possível argumentar que esta era uma possibilidade inerente ao projeto bolchevique, o que significaria que estava condenado à partida. É por isso que o projeto era autenticamente trágico: uma visão emancipatória genuína condenada ao fracasso pela sua própria vitória.

É neste ponto que interfere a elaboração enquanto repensar radical do comunismo, reatualizando-o para os nossos dias. E é por isso que só aqueles que são fiéis ao comunismo podem levar a cabo uma crítica verdadeiramente radical da triste realidade do estalinismo e da sua descendência. Sejam francos: hoje em dia, Lenine e o seu legado são vistos como irremediavelmente datados, pertencentes a um «paradigma» defunto. Lenine era compreensivelmente cego perante muitos dos problemas que são hoje centrais à vida contemporânea (a ecologia, a luta pela sexualidade emancipada, etc.), as suas práticas políticas brutais são totalmente incompatíveis com as sensibilidades democráticas dos nossos dias, a sua versão da nova sociedade enquanto sistema industrial centralizado governado pelo Estado é simplesmente irrelevante, etc. Em vez de tentar desesperadamente resgatar o cerne leninista de uma contaminação pelo estalinismo, não seria mais sensato esquecer Lenine e regressar a Marx, procurando na sua obra a raiz daquilo que correu mal com os movimentos comunistas do século xx?

Mas não foi a situação de Lenine marcada precisamente pelo mesmo desespero? É certo que a esquerda de hoje se vê obrigada a encarar a experiência devastadora do fim de toda uma época de movimento progressista, uma experiência que a impele a reinventar até as coordenadas mais básicas do seu projeto. Mas foi uma experiência exatamente homóloga que deu origem ao leninismo. Lembremos o choque de Lenine quando,

no outono de 1914, todos os partidos sociais-democratas da Europa (com a louvável exceção dos bolcheviques russos e dos sociais-democratas sérvios) optaram por alinhar com os extremos do patriotismo. Quando o jornal dos sociais-democratas alemães, o *Vorwärts*, noticiou que os sociais-democratas no Reichstag tinham votado a favor dos créditos militares, Lenine chegou a pensar que se tratava de uma falsificação pela polícia secreta russa para enganar os trabalhadores russos. Na era de um conflito militar que dividiu o continente europeu em dois, quão difícil não seria recusar a ideia de que se devia escolher um lado e rejeitar o «fervor patriótico» do próprio país! Quantos grandes intelectos (incluindo Freud) não sucumbiram à tentação do nacionalismo, mesmo que apenas durante um par de semanas!

O choque de 1914 foi (para usar a expressão de Alain Badou) um *désastre*, uma catástrofe que fez desaparecer todo um mundo: não só a idílica fé burguesa no progresso, mas *também* o movimento socialista que a acompanhava. Até Lenine se sentiu desorientado; na sua reação desesperada em *Que Fazer?*<sup>28</sup>, não se encontra qualquer tom de satisfação, nenhum «bem vos disse!» Este momento de *Verzweiflung* [desespero], *esta* catástrofe, abriu o espaço necessário para o evento leninista, para a rutura com o historicismo evolucionário da II Internacional – e Lenine era o único à altura desta abertura, o único que articulou a Verdade da catástrofe. Nasce neste momento de desespero o Lenine que, fazendo o desvio de uma leitura atenta da

*Lógica* de Hegel<sup>9</sup>, foi capaz de discernir a oportunidade única para a revolução.

A esquerda dos nossos dias encontra-se numa situação incredivelmente semelhante àquela que deu origem ao leninismo, e a sua tarefa é repetir Lenine. Isto *não* significa um regresso a Lenine. *Repetir Lenine significa aceitar que «Lenine está morto»*, que a sua solução específica falhou, e até que falhou monstruosamente. Repetir Lenine significa que é necessário distinguir entre aquilo que Lenine efetivamente fez e o campo de possibilidades que abriu, reconhecer a tensão em Lenine entre os seus atos e outra dimensão, aquilo que era «em Lenine mais do que o próprio Lenine». Repetir Lenine não é repetir o que Lenine *fez*, mas o que ele *não conseguiu* fazer, as suas oportunidades *perdidas*.

### **Adeus Lenine na Ucrânia**

A última vez que Lenine foi notícia, no Ocidente, foi durante a revolta ucraniana de 2014, que derrubou o presidente pró-russo Yanukovich: nas imagens televisivas dos protestos em massa de Kiev, vimos vezes sem conta participantes enraivecidos a deitar abaixo estátuas de Lenine. Estes ataques furiosos eram compreensíveis, na medida em que as estátuas serviam de símbolo da opressão soviética, e a Rússia de Putin é vista como uma continuação da política soviética de sujeitar



nações não-russas ao domínio russo. Devemos também recordar o momento histórico exato em que estátuas de Lenine começaram a proliferar, aos milhares, por toda a União Soviética: foi apenas em 1956, após a denúncia de Estaline por Kruschev no XX Congresso, que as estátuas de Estaline foram substituídas, em massa, pelas de Lenine. Este era literalmente substituto daquele, como também se tornou claro aquando de um estranho acontecimento em 1962 na primeira página do *Pravda*:

A imagem de Lenine figurava, em 1945, no cabeçalho do *Pravda* (poderia sugerir-se, especulativamente, que surgia ali para reafirmar a autoridade de Estaline sobre o Partido, ante, por um lado, a força potencialmente disruptiva dos soldados que regressavam da guerra, tendo enfrentado a morte e a Europa burguesa, e, por outro, os mitos acerca dos quais Lenine lhe tinha falado ao morrer). Em 1962, quando, no XXII Congresso do Partido Comunista, Estaline foi denunciado publicamente, surgem subitamente duas imagens de Lenine no cabeçalho, como se este estranho «duplo Lenine» compensasse pelo «outro líder» ausente — que, na verdade, nunca lá tinha figurado!<sup>10</sup>

Então, porque foram impressos dois perfis idênticos de Lenine, lado a lado? Nesta estranha repetição, Estaline estava, de certa forma, mais presente do que nunca na sua ausência, já que a sua presença-fantasma servia de

resposta à pergunta óbvia: «Para quê Lenine duas vezes, porque não um só Lenine?» Havia, contudo, uma ironia profunda em ver manifestantes ucranianos a deitar abaixo estátuas de Lenine como sinal da sua determinação em libertar-se da dominação soviética e afirmar a sua soberania nacional: a época de ouro da identidade nacional ucraniana não foi a da Rússia czarista (durante a qual a autodeterminação da Ucrânia como nação foi derrotada), mas a primeira década da União Soviética, quando foi estabelecida a sua identidade nacional plena. Até a entrada da Wikipédia acerca da Ucrânia na década de 1920 diz:

A guerra civil que acabou por levar o governo soviético ao poder devastou a Ucrânia. Fez mais de um milhão e meio de mortos e centenas de milhares de pessoas desalojadas. Além disso, a Ucrânia soviética teve de enfrentar a fome de 1921. Vendo uma Ucrânia exausta, o governo soviético manteve-se muito flexível durante a década de 1920. Assim, sob a égide da política de ucranização perseguida pela chefia comunista nacional de Mykola Skrypnyk, a direção soviética encorajou o renascimento nacional na literatura e nas artes. A cultura e a língua ucranianas foram alvo de recuperação, à medida que o processo de construção do país se tornou numa implementação local da abrangente política soviética de *korenização* (ou, literalmente, «indigenização»). Os bolcheviques estavam também dedicados à

introdução de serviços de saúde universais, educação e benefícios de segurança social, assim como ao direito ao trabalho e à habitação. Os direitos das mulheres também se alargaram exponencialmente, graças a novas leis criadas para eliminar séculos de desigualdade. A maior parte destas políticas inverteu-se, em grande medida, no início da década de 1930, depois de Estaline ter gradualmente consolidado o seu poder até se tornar *de facto* no líder do partido comunista.

Esta «indigenização» seguiu os princípios formulados por Lenine em termos consideravelmente claros:

O proletariado não pode senão lutar contra a retenção forçada das nações oprimidas dentro das fronteiras de um determinado Estado, e é exatamente isto que a luta pelo direito à autodeterminação significa. O proletariado deve exigir o direito de secessão política para as colónias e para as nações que «a sua própria» nação oprime. Caso não o faça, o internacionalismo proletário manter-se-á como uma frase sem significado e a confiança mútua e a solidariedade de classes entre os trabalhadores das nações opressoras e oprimidas será impossível.<sup>11</sup>

Lenine foi fiel a esta posição até ao fim: imediatamente após a Revolução de Outubro, envolveu-se numa polémica com Rosa Luxemburgo, que defendia que

a atribuição de soberania completa a pequenas nações só devia ocorrer caso existisse a predominância de forças progressistas no novo Estado, enquanto Lenine apoiava o direito incondicional de secessão, mesmo se fossem «os maus» a ficar no poder do novo Estado. Na sua última batalha contra o projeto de Estaline para uma União Soviética centralizada, Lenine defendeu, uma vez mais, o direito incondicional de secessão (neste caso, estava em jogo a Geórgia), insistindo na total soberania das entidades nacionais que compunham o Estado soviético. Não é, pois, surpreendente que, em 27 de setembro de 1922, numa carta dirigida aos membros do Politburo, Estaline acusasse diretamente Lenine de «liberalismo nacional». A direção que Estaline estava já a tomar era clara, observando o modo como se propunha avançar com a decisão de, simplesmente, proclamar o governo da União Soviética como o governo das outras cinco repúblicas (Ucrânia, Bielorrússia, Azerbaijão, Arménia e Geórgia):

Se a presente decisão for confirmada pelo Comité Central do Partido Comunista Revolucionário, não será tornada pública, mas comunicada aos Comités Centrais das Repúblicas para circulação entre os órgãos soviéticos, os Comités Centrais Executivos ou o Congresso dos Sovietes das respetivas Repúblicas, antes da convocação de um Congresso dos Sovietes Russos, no qual será declarado ser esse o desejo destas Repúblicas.<sup>12</sup>

A interação da alta autoridade (o Comitê Central) com a sua base foi abolida de modo que a alta autoridade pudesse impor a sua vontade, e, para piorar a situação, essa relação foi totalmente virada ao contrário: o Comitê Central decidiu que a base, como se fosse esta a sua vontade, deveria pedir à alta autoridade que seguisse o seu plano. Não nos esqueçamos do caso mais explícito dessa encenação de 1939, quando os três Estados bálticos pediram livremente para se tornarem parte da União Soviética, que lhes concedeu o desejo. O que Estaline fez no início da década de 1930 foi, então, um simples regresso à política externa e nacional czarista (como exemplo desta viragem, temos o modo como a colonização russa da Sibéria e da Ásia muçulmana deixou de ser condenada como expansão imperialista e, sim, elogiada como a introdução de uma modernização progressiva que tinha posto em movimento a inércia destas sociedades tradicionais).

A política externa contemporânea de Putin é uma clara continuação desta linha czarista-estalinista. Segundo ele, a seguir à Revolução, foram os bolcheviques a causar dano à Rússia: «Os bolcheviques, por várias razões — e cabe a Deus julgá-los —, acrescentaram partes substanciais daquilo que era, historicamente, o sul da Rússia à República da Ucrânia. Fizeram-no sem qualquer consideração pela composição étnica da população, e essas áreas, hoje em dia, constituem o sudeste da Ucrânia.»<sup>13</sup> Em janeiro de 2016, Putin voltou a enfatizar

a questão ao caracterizar aquele que considerou ser o maior erro de Lenine:

Governar usando as ideias como ponto orientador é correto, mas só quando essas ideias conduzem aos resultados certos, e não como aconteceu com Vladimir Ilyich. No final, essa ideia levou à ruína da União Soviética. E foram muitas as ideias assim; dar autonomia às regiões, por exemplo. Eles puseram uma bomba atômica debaixo do edifício chamado Rússia, e essa bomba viria mais tarde a explodir.<sup>14</sup>

Resumindo, Lenine era culpado de levar a sério a autonomia das diferentes nações que compunham o império russo e, dessa forma, de questionar a hegemonia russa. Não é de espantar, por isso, que se tenham voltado a exibir retratos de Estaline em paradas militares e celebrações públicas russas, sendo Lenine obliterado. Numa sondagem de opinião de grandes dimensões levada a cabo há alguns anos, Estaline foi eleito o terceiro maior russo da História, enquanto Lenine não figurava, sequer, na lista. Estaline não é celebrado como um comunista, hoje em dia, mas como o restaurador da grandeza da Rússia depois do «desvio» antipatriótico de Lenine. Para Lenine, a «internacional proletária» anda a par com a defesa dos direitos das pequenas nações contra as grandes: para uma «grande» nação que tem outras sob o seu domínio, conceder direitos a nações mais pequenas

é um indicador-chave da seriedade do internacionalismo que professam.

### **Violência, Terror, Disciplina**

Contudo, mesmo que Lenine possa ser redimido à luz da libertação nacional, o que diremos da sua defesa (e uso) de formas brutais de violência e até de terror? Na história da política radical, a violência é geralmente associada ao chamado legado jacobino, que, por essa mesma razão, tende a ser descartado como algo a abandonar se se quiser realmente recomeçar do princípio. Mesmo muitos dos (pós-)marxistas contemporâneos se envergonham do chamado legado jacobino do terror estatal centralizado, do qual tentam distanciar o próprio Marx – foi Lenine, segundo se diz, que (re)introduziu o legado jacobino no marxismo, falsificando, assim, o espírito libertário de Marx. Mas será realmente verdade? Analisemos mais atentamente de que forma os jacobinos realmente se opuseram ao recurso ao voto da maioria, em nome daqueles que falam de uma Verdade eterna (que «totalitário»...) Como terão os jacobinos, partidários da união e da luta contra o facciosismo e a divisão, conseguido justificar esta rejeição? «Qualquer dificuldade assenta na distinção da voz da verdade, ainda que minoritária, da voz facciosa, que tem por fim único criar uma divisão artificial que oculte a verdade.»<sup>15</sup> A resposta de Robespierre é esta:

a verdade não pode ser reduzida a números (contabilizada); também pode ser experimentada em solidão — os que afirmam uma verdade da qual tiveram experiência não deviam ser considerados facciosistas, mas pessoas sensíveis e corajosas. Nestes casos de afirmação da verdade, declarou Robespierre perante a Assembleia Nacional em 28 de dezembro de 1792, invocar uma maioria ou uma minoria não passa de um meio para «reduzir ao silêncio aqueles que se designam com esse termo (minoria)»: «A minoria tem em todas as partes um direito eterno: tornar audível a *voz da verdade*.» É profundamente significativo que Robespierre tenha feito esta declaração numa das sessões da Assembleia em que se discutia o julgamento do rei. Os girondinos propuseram uma solução «democrática»: num caso tão difícil, era necessário fazer «um apelo ao povo», convocar assembleias locais por toda a França e pedir-lhes que votassem para decidir como lidar com o rei — só este gesto conferiria legitimidade ao julgamento. A resposta de Robespierre foi de que esse «apelo ao povo» cancelaria, na prática, a vontade soberana do povo que, através da insurreição e da revolução, já se tinha feito ouvir e transformara a própria natureza do Estado francês, instaurando a República. O que os girondinos sugeriam, na prática, era que a insurreição revolucionária era «apenas um ato de parte do povo, até de uma minoria, e que deveria ser solicitado a uma espécie de maioria silenciosa que se pronunciasse». Resumindo, a Revolução já tinha decidido



a questão; a própria existência da Revolução (se fosse justa, e não um crime) significava que o rei era culpado, e submeter essa culpa ao escrutínio do voto significava pôr em causa a própria Revolução.

O argumento de Robespierre aponta, na prática, para Lenine, que, nos seus escritos de 1917, reserva a sua ironia mais mordaz para aqueles que se dedicam a uma busca interminável por alguma espécie de «garantia» da revolução. Esta garantia tomava duas formas principais: ou a noção reificada de Necessidade social (não devemos arriscar fazer a revolução demasiado cedo; devemos esperar pelo momento certo, quando a situação for propícia, do ponto de vista das leis do desenvolvimento histórico; «é demasiado cedo para a revolução socialista, a classe operária ainda não está suficientemente desenvolvida») ou uma noção normativa de legitimidade «democrática» («a maior parte da população não está ainda do nosso lado, pelo que a revolução não seria realmente democrática») — como se, antes de arriscar a tomada do poder, o agente revolucionário precisasse de garantir a autorização de alguma figura do grande Outro (por exemplo, organizar um referendo para garantir que a maioria apoia a revolução). Com Lenine, como com Lacan, a revolução *ne s'autorise que d'elle-même* (autoriza-se a si mesma): temos de supor que o ato revolucionário não é abrangido pelo grande Outro — o medo de tomar o poder «demasiado cedo», a procura de uma garantia, é a vertigem do abismo do agir. Aí reside a derradeira dimensão daquilo

que Lenine denuncia incessantemente como «oportunismo», e a hipótese que apresenta é a de que o «oportunismo» é uma posição inerentemente falsa, mascarando o medo de conseguir levar a cabo o ato com uma camada protetora de factos, leis ou normas «objetivos». É por isso que o primeiro passo para o combater é anunciá-lo claramente: «Então, o que fazer? Devemos *aussprechen was ist*, “expressar os factos”, admitir a verdade de que existe uma tendência, ou uma opinião, no nosso Comité Central.»<sup>16</sup>

Quando estamos a lidar com «verdades fortes» (*les vérités fortes*), revelações avassaladoras, exprimi-las implica uma violência simbólica. Quando *la patrie est en danger* (a pátria está em perigo) — disse Robespierre —, devemos afirmar destemidamente o facto de que «a nação está a ser traída. Esta verdade é agora sabida por todos os franceses»: «Legisladores, o perigo é iminente; o reino da verdade tem de começar: nós temos a coragem de vos dizer isto; tende a coragem de o escutar.» Em tal situação, não há lugar para uma terceira posição neutra. No seu discurso de celebração dos mortos de 10 de agosto de 1792, o abade Gregoire declarou: «Há pessoas que são tão boas que não valem nada; e, numa revolução que consiste na luta da liberdade contra o despotismo, um homem neutro é um perverso que está, sem dúvida, simplesmente à espera de que a luta chegue ao fim para decidir que lado tomar.» Antes de descartarmos estas ideias como «totalitárias», recordemos uma altura, mais tarde, em que a *patrie* francesa estava de novo *en danger*,

após a derrota francesa em 1940, quando o próprio general De Gaulle, no seu famoso discurso na rádio de Londres, anunciou ao povo francês uma «verdade forte»: a França está derrotada, mas a guerra não terminou; há que insistir, contra os colaboracionistas de Pétain, para que a luta continue. As condições exatas desta afirmação merecem ser recordadas: até Jacques Duclos, a segunda figura mais forte do Partido Comunista Francês, admitiu, numa conversa privada, que, se naquele momento tivesse havido eleições livres em França, o marechal Pétain teria ganho com 90% dos votos. Quando De Gaulle, no seu ato histórico, se recusou a reconhecer a capitulação ante os Alemães e continuou a resistir, afirmava ser apenas ele, e não o regime de Vichy, a falar em nome da verdadeira França (*em nome de França em si, e não apenas da «maioria dos franceses»!*) O que disse era profundamente verdade, ainda que, «democraticamente», não só lhe faltasse legitimidade, como também fosse claramente contrário à opinião da maioria dos franceses. (E o mesmo se aplica à Alemanha: era a pequeníssima minoria a resistir ativamente a Hitler que representava a Alemanha, e não os nazis ativos ou os oportunistas indecisos.) Este não é um argumento para desprezar as eleições democráticas; serve apenas para sublinhar que estas não são, por si só, uma indicação da Verdade — por regra, tendem a refletir a *doxa* predominante determinada pela ideologia hegemónica. É possível haver eleições democráticas que representem um evento de Verdade — eleições nas quais,

contra a inércia cética e cínica, a maioria tem um «despertar» momentâneo e vota contra a opinião ideológica hegemónica. O estatuto excepcional destes surpreendentes resultados eleitorais prova que as eleições em si não são um veículo da Verdade.

Esta posição de uma minoria que representa Todos é particularmente relevante hoje em dia, na nossa época pós-política, em que reina uma pluralidade de opiniões: nestas condições, a Verdade universal é, por definição, uma posição minoritária. Como sublinhou Sophie Wahnich, numa democracia corrompida pelos *media*, «a liberdade de imprensa sem o dever da resistência» não passa do «direito de dizer qualquer coisa, à maneira do relativismo político», em vez de defender «a exigente, e por vezes letal, ética da verdade». Numa situação assim, a voz intransigente e insistente da verdade (sobre ecologia, sobre biogenética, sobre exclusão...) parece necessariamente «irracional» na sua falta de consideração pela opinião dos outros, na sua recusa do espírito do compromisso pragmático, na sua finalidade apocalítica. Simone Weil apresentou uma formulação simples e memorável desta parcialidade da verdade: «Há uma classe de pessoas neste mundo que caiu no mais baixo nível de humilhação, muito abaixo da mendicidade, e que se vê privada não só de qualquer consideração social, mas também, na opinião de todos, da dignidade humana específica, da própria razão — e estas são as únicas pessoas que, de facto, são capazes de dizer a verdade. Todas as outras mentem.»<sup>17</sup>

Os miseráveis favelados são, de facto, os mortos-vivos do capitalismo global: vivos, mas, aos olhos da *polis*, mortos.

O termo «Verdade eterna» deve ser entendido, aqui, no sentido estritamente dialético, referindo-se a uma eternidade assente num ato temporal único (como no cristianismo, em que a Verdade eterna só pode ser experienciada e concretizada aceitando-se a singularidade histórico-temporal do Cristo). A verdade assenta na experiência de sofrimento e de coragem, por vezes de solidão, e não na força ou na dimensão de uma maioria. O que não significa, claro, que haja critérios infalíveis de determinação da verdade: a sua afirmação implica uma espécie de aposta, uma decisão arriscada. É preciso desbravar-lhe caminho, por vezes até forçá-lo, e inicialmente quem diz a verdade não é, regra geral, compreendido, e tem de combater (com os outros e consigo mesmo) e de procurar a linguagem certa para a exprimir. É o pleno reconhecimento desta dimensão de risco e aposta, da ausência de qualquer garantia externa, que distingue um compromisso autêntico com a verdade de qualquer forma de «totalitarismo» ou de «fundamentalismo».

Mas voltemos à questão: como distinguir «a exigente, e por vezes letal, ética da verdade» de tentativas sectárias de impor a nossa posição aos outros? Como garantir que a voz da «parte de quem não tem partido» minoritária é, de facto, a voz de uma verdade universal e não apenas de um ressentimento particular? A primeira coisa a ter em conta aqui é que a verdade com que estamos a lidar não

é «objetiva», mas uma verdade autorreferencial acerca da nossa própria posição subjetiva. Assim sendo, é uma verdade comprometida, medida não só pela sua exatidão factual, mas também pela forma como afeta a posição subjetiva da sua própria afirmação. No seu (inérito) *Seminário 18* sobre «um discurso que não o da semelhança», Lacan apresentou uma definição sucinta da verdade da interpretação em psicanálise: «A interpretação não é testada por uma verdade que decidiria por um sim ou por um não, mas espoleta a verdade em si. Só é verdadeira no sentido em que é verdadeiramente seguida.» Não há nada de «teológico» nesta formulação precisa, apenas um esclarecimento sobre a unidade estritamente dialética da teoria e da prática na interpretação psicanalítica (e não só): a «prova» da interpretação do psicanalista reside no efeito de verdade que espoleta no paciente. É desta forma que deve ser (re)lida a *Tese XI* de Marx: a «prova» da teoria marxista é o efeito de verdade que espoleta nos destinatários da mensagem (o proletariado), transformando-os em sujeitos revolucionários.

O problema, claro, é que não existe hoje um discurso revolucionário capaz de produzir um tal efeito de verdade. Então, que fazer? O texto fundamental, nesta situação, é o maravilhoso pequeno ensaio de Lenine, *Escalar uma Montanha Alta*, escrito em 1922<sup>18</sup>, quando, depois da sua altamente improvável vitória na Guerra Civil, os bolcheviques tiveram de retroceder para a Nova Política Económica, ou NEP, alargando em muito a economia

de mercado e a propriedade privada. Lenine usa a metáfora do alpinista que tem de regressar ao vale depois da primeira tentativa de chegar a um pico mais alto da montanha para descrever o que significa um retrocesso no processo revolucionário, ou seja, como bater em retirada sem cometer uma traição oportunista à fidelidade à Causa:

Imaginemos um homem que sobe uma montanha muito alta, muito íngreme e até então inexplorada. Suponhamos que teve de ultrapassar dificuldades e perigos inauditos e que conseguiu atingir um ponto muito mais elevado do que qualquer um dos seus antecessores, mas ainda não chegou ao cume. Encontra-se numa posição em que é não só difícil e perigoso proceder na direção e pelo caminho que escolheu, mas completamente impossível. Vê-se obrigado a regressar, a descer, a procurar outro caminho, talvez mais longo, mas que lhe permita chegar ao cume. Descer de uma altura que ninguém antes conquistou pode talvez ser mais difícil para o nosso viajante imaginário do que subir; é mais fácil escorregar; não é tão fácil encontrar onde apoiar o pé; não sente aquela excitação de estar a subir, de progredir em direção ao seu objetivo, etc. (...) Lá de baixo, ecoam as vozes de maliciosa alegria. Não a escondem; dão risinhos de gozo e gritam: «Daqui a nada, ele vai cair! É bem feita, o louco!» Outros tentam esconder a alegria maliciosa e comportam-se mais como o Judas Golovlyov. Gemem e levantam os olhos

ao céu, pesarosos, como se dissessem: «Custa-nos muito ver os nossos temores comprovados! Mas não é verdade que nós, que passámos a vida inteira a delinear um plano sensato para escalar esta montanha, exigimos que a subida seja adiada até que o nosso plano esteja terminado? E se protestámos tão enfaticamente contra o caminho que este louco tomou, e que agora abandona (olhem, olhem, voltou para trás! Está a descer! Um só passo leva-lhe horas de preparação! E, contudo, nós fomos impiedosamente insultados quando, vezes seguidas, pedimos moderação e cautela!), se censurámos com tanto fervor este lunático e prevenimos todos para que não o ajudassem nem imitassem, só o fizemos devido à nossa devoção a este grande plano de escalar a montanha e para impedir que este grande plano fosse desacreditado por todos!»

Depois de enumerar os sucessos do Estado soviético, Lenine procede concentrando-se naquilo que *não* foi feito:

Mas não acabámos de construir sequer os alicerces da economia socialista, e os poderes hostis do capitalismo moribundo podem ainda privar-nos disso. Devemos avaliá-lo claramente e admiti-lo francamente; pois não há nada mais perigoso do que a ilusão (e a vertigem, sobretudo em grandes alturas). E não há absolutamente nada de terrível, nada que nos deva



dar razões credíveis para o mais leve desânimo, em admitir esta amarga verdade; pois sempre incentivá-mos e reiterámos a verdade elementar do marxismo: que os esforços conjuntos dos trabalhadores dos vários países avançados são necessários para a vitória do socialismo. Estamos ainda isolados e num país atrasado, um país que foi arruinado mais do que os outros, mas já conseguimos fazer muito. Mais do que isso: preservámos, intacto, o exército das forças revolucionárias proletárias; preservámos a sua capacidade de manobra; temos a cabeça fria e conseguimos calcular com sobriedade onde, quando e até quão longe devemos recuar (para mais tarde saltar em frente); onde, quando e como trabalhar para alterar o que está por terminar. Estão condenados os comunistas que pensem que é possível empreender uma tarefa tão marcante como a fundação dos alicerces da economia socialista (em particular, num país de pequenos camponeses) sem cometer erros, sem retrocessos, sem incontáveis alterações ao que está inacabado ou mal feito. Os comunistas sem ilusões, que não se deixam levar pelo desânimo, que preservam a sua força e flexibilidade «para começar do princípio», uma e outra vez, perante uma tarefa de extrema dificuldade, não estão condenados (e quase certamente não perecerão).

Eis Lenine no meu melhor estilo beckettiano, fazendo eco da fala de *Worstward Ho*: «Tenta outra vez.

Falha outra vez. Falha melhor.»<sup>19</sup> A conclusão de Lenine — «começar do princípio, uma e outra vez» — torna claro que ele não está apenas a falar de desacelerar para defender aquilo que já foi conquistado, mas precisamente de *voltar a descer até ao ponto de partida*: é preciso «começar do princípio», não do ponto até onde se tinha conseguido chegar na tentativa anterior. Em termos kierkegaardianos, um processo revolucionário não é um processo gradual, mas um movimento repetitivo, um movimento de *repetir o início*, uma e outra vez. É exatamente neste ponto que nos encontramos, depois do «obscuro desastre» de 1989. Tal como em 1922, as vozes lá de baixo ecoam à nossa volta, cheias da alegria maliciosa: «É bem feito, loucos, que querieis impor a vossa visão totalitária à sociedade!» Outros tentam esconder a sua alegria maliciosa e levantam os olhos ao céu, pesarosos, como se dissessem: «Custa-nos muito ver os nossos temores comprovados! Que nobre era a vossa visão de criar uma sociedade justa! O nosso coração batia de compaixão por vós, mas a nossa razão disse-nos que os vossos nobres planos só podiam acabar em miséria e em novas formas de servidão!» Embora rejeitemos qualquer compromisso com estas sedutoras vozes, é certo que temos agora de «começar do princípio», não para «construir os alicerces da época revolucionária do século xx (de 1917 a 1989, ou, mais precisamente, 1968)», mas «descendo» até ao ponto de partida para escolher um caminho *diferente*.

Se queremos renovar o projeto comunista como verdadeira alternativa ao capitalismo global, temos de fazer uma cisão clara da experiência comunista do século xx. Devemos ter sempre em mente que 1989 representou a derrota não só do socialismo estatal comunista, mas também a da democracia social ocidental. A miséria da esquerda dos nossos dias é por demais evidente na sua defesa, «por princípio», da ideia social-democrata do Estado social. Na ausência de um projeto radical de esquerda viável, a esquerda não consegue mais do que bombardear o Estado com exigências de expansão do Estado social, sabendo perfeitamente que o Estado não as poderá satisfazer. Esta desilusão necessária vai então servir de recordatório da impotência básica da esquerda social-democrata e assim incentivar as pessoas para uma nova esquerda radical revolucionária. Desnecessário será dizer que uma tal política de «pedagogia» cínica está destinada a falhar, pois está a travar uma batalha que não pode ser ganha: na constelação político-ideológica contemporânea, a reação à incapacidade de o Estado social cumprir com as suas obrigações vai ser o populismo de direita. Para evitar esta reação, a esquerda terá de propor o seu próprio projeto positivo para lá dos limites do conceito social-democrata de Estado social. É também por isso que é completamente falacioso ancorar as nossas esperanças em nações-Estado soberanas fortes capazes de defender o Estado social contra organismos internacionais como a União Europeia, que, segundo se diz, servem de

instrumentos do capital global para destruir o que resta do Estado social.<sup>20</sup> A partir daqui, estamos a um passo de uma «aliança estratégica» com a direita nacionalista devido às suas preocupações com a identidade nacional numa Europa transnacional. (Como efetivamente já aconteceu com a vitória do *Brexit* no Reino Unido.)

Os muros que agora são erguidos em todo o mundo não são da mesma natureza do Muro de Berlim, ícone da Guerra Fria. Os muros de hoje parecem não pertencer à mesma noção, embora o mesmo muro possa, por vezes, cumprir várias funções: pode servir de defesa contra o terrorismo, o contrabando ou a emigração ilegal, servir de fachada a ocupações coloniais, etc. Contudo, e apesar desta aparente multiplicidade, Wendy Brown tem razão quando insiste em dizer que estamos a lidar com o mesmo fenómeno, embora as suas instâncias não sejam normalmente encaradas como casos semelhantes. Os muros de hoje são uma reação à ameaça à soberania nacional imposta pelo processo da globalização: «Mais do que expressões recorrentes de soberania de Estados-nação, os novos muros são ícones da sua erosão. Embora posam parecer expressões hiperbólicas dessa soberania, revelam, como todas as hipérboles, uma fraqueza, uma vulnerabilidade, uma incerteza ou uma instabilidade no mesmíssimo cerne daquilo que querem exprimir — qualidades em si mesmas opostas à soberania e, por isso, agentes da sua destruição.»<sup>21</sup> O que mais se destaca nestes muros é a sua natureza teatral e algo ineficaz: são basicamente feitos

de matéria-prima antiquada (cimento e metal), representando uma contramedida estranhamente medieval contra as forças imateriais que realmente ameaçam a soberania nacional nos nossos dias (mobilidade digital e comercial, ciberarmamento avançado). Brown também tem razão ao sublinhar o papel da religião organizada, a par da globalização, como agente transestatal de ameaça às soberanias estatais. Por exemplo, pode argumentar-se que a China, apesar da sua recente abertura em relação à religião como elemento de estabilidade social, se opõe de forma visceral a algumas religiões (o budismo tibetano, o movimento Falun Gong) precisamente no sentido em que as sente como ameaças à união e à soberania nacionais (budismo, sim, mas sob controlo estatal; catolicismo, sim, mas os bispos nomeados pelo papa têm de ser aprovados pelas autoridades chinesas...)

Uma das formas mais duvidosas de falsa fidelidade ao comunismo do século xx é a rejeição de todos os Socialismos Realmente Existentes em nome de alguns movimentos operários autênticos que estão só à espera de eclodir. Em 1983, George Peyrol escreveu um texto com o título *Trinta Maneiras de Reconhecer um Marxista à Moda Antiga*<sup>22</sup>, um retrato maravilhosamente irónico do marxista tradicional, convencido de que, mais cedo ou mais tarde (se tivermos paciência), voltará a surgir um movimento revolucionário operário autêntico, derubando vitoriosamente os governos capitalistas, assim como os partidos oficiais de esquerda e os sindicatos

corruptos... Frank Ruda chamou a atenção para o facto de George Peyrol ser um dos pseudónimos de Alain Badiou: o alvo do seu ataque eram os trotskistas sobreviventes que continuavam a acreditar que emergiria, da crise da esquerda marxista, um novo e autêntico movimento operário revolucionário.<sup>23</sup> Como poderemos então sair deste impasse? E se arriscássemos dar um fatídico passo em frente e rejeitar não só as regulamentações do Estado e do mercado, mas também a sua sombra utópica: a ideia de que uma regulamentação direta e transparente, «vinda do fundo» do processo social de produção, como contraparte económica do sonho da «democracia imediata» das assembleias operárias?

### **Liberdade Leninista**

E, então, que é da liberdade? Eis como Lenine declara a sua posição numa polémica contra as críticas dos mencheviques e dos socialistas revolucionários ao poder bolchevique de 1922:

Na verdade, os sermões em que (...) os mencheviques e os socialistas revolucionários pregam exprimem a sua verdadeira natureza: «A revolução foi longe demais. Aquilo que vocês dizem agora temos nós dito desde sempre, permitam-nos repeti-lo.» E nós respondemos: «Permitam-nos que vos ponhamos diante de um pelotão


**«A resposta à eterna pergunta da esquerda,  
"o que teria acontecido se Lenine tivesse vivido mais dez anos  
em plena saúde e conseguido depor Estaline?",  
não é tão clara como pode parecer.»**

A originalidade e importância de Lenine enquanto líder revolucionário são muitas vezes associadas ao momento da tomada do poder na Rússia, em outubro de 1917. No entanto, neste seu mais recente e original livro, Žižek argumenta que a verdadeira grandeza do líder soviético deve ser compreendida analisando os últimos dois anos da sua vida: anos que deixaram uma herança ainda válida para o pensamento político de hoje.

Durante esses anos, a Rússia encontrava-se numa encruzilhada: depois de sobreviver a invasões, embargos e a uma terrível guerra civil, assim como a tensões e revoltas internas, o Estado encontrava-se exausto, isolado e sem uma direção definida para contrapor ao evidente recuo do sonho de uma revolução global. Terá sido neste momento, segundo Žižek, que Lenine se terá revelado enquanto verdadeiro estadista, líder e pensador, com a lucidez e a coragem de se adaptar a uma nova ordem mundial.

Cem anos após a Revolução Soviética, e num momento em que o mundo se encontra diante de novas e perigosas lutas pelo poder, Žižek demonstra como é urgente e necessário recuperar o exemplo que Lenine deixou como legado nos últimos anos da sua vida.

**«O pensador mais perigoso do Ocidente.»**  
*New Republic*

<b>ELSINORE</b> entre nós e as palavras 20 20 editora	ISBN 978-989-8864-18-5  9 789898 864185 Ensaio
YOU ARE WELCOME TO <a href="http://WWW.ELSINORE.PT">WWW.ELSINORE.PT</a>	